

**AGRICULTORAS DO PAJEÚ: FEMINISMO E AGROECOLOGIA
NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO****AGRICULTORAS DEL PAJEÚ: FEMINISMO Y LA
AGROECOLOGÍA EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO****WOMEN FARMERS' OF PAJEÚ: FEMINISM AND AGROECOLOGY
IN THE BRAZILIAN SEMIARID REGION****Ana Paula Lopes Ferreira¹***ana.paula@actionaid.org***Resumo**

Este artigo traz um estudo de caso realizado com duas organizações, Casa da Mulher do Nordeste e Centro Sabiá, ambas com atuação no Sertão do Pajeú, Semiárido de Pernambuco. O artigo ressalta que a perspectiva agroecológica é importante para a vida das mulheres agricultoras. Todavia, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade do trabalho produtivo e da função social das mulheres sejam suficientemente problematizadas. Assim, o texto ressalta a importância da adoção da perspectiva feminista pelas organizações, feministas ou não, que queiram trabalhar com uma perspectiva mais inclusiva que leve em consideração as desigualdades de poder enfrentadas pelas mulheres dentro da sociedade.

Palavras chave: feminismo, agroecologia e metodologia feminista.

Resumen

Este artículo reúne un estudio de caso con dos organizaciones, “Casa da Mulher do Nordeste” y el “Centro Sabiá”, las dos funcionando en la región semiárida de Pernambuco. El artículo señala que la perspectiva agroecología es importante para la vida de las mujeres campesinas. Todavía, el trabajo desde la perspectiva agroecológica, por sí sólo, no es suficiente para que la desvalorización y la invisibilidad del trabajo produtivo y de la función social de las mujeres sean suficientemente problematizadas. Así, el texto resalta la importancia de adoptar el punto de vista feminista, por organizaciones feministas o no, que quieran trabajar con un enfoque más inclusivo que tenga en cuenta las desigualdades de poder que enfrentan las mujeres en la sociedad.

Palabras clave: feminismo, metodología feminista y agroecología.

Abstract

This article presents a case study of two organizations, “Casa da Mulher do Nordeste” and “Centro Sabiá”, both operating in the semiarid region of Pernambuco. The study points out that despite the agroecological perspective has been an important issue to the female peasants’ life, it is not enough to well understand the devaluation and invisibility of the women’s productive work and social status. Therefore, the text highlights the importance of the feminist perspective for those organizations. All of them, being feminist or not, which intends to work with a more inclusive approach have to take into account the power inequalities faced by women in society.

Keywords: feminism, feminist methodology and agroecology.

¹ Doutora em Sociologia e Estudos sobre o Camponato com ênfase em Agroecologia e Feminismo, pela Universidade de Córdoba, Espanha, e coordenadora do Programa de Direito das Mulheres da ActionAid Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura abordar a aproximação entre as perspectivas feminista e agroecológica como fator de empoderamento das mulheres rurais brasileiras, tomando-se como base o trabalho desenvolvido pela Casa da Mulher do Nordeste e o Centro Agroecológico Sabiá, ambas com atuação no território do Pajeú, Sertão de Pernambuco.

O termo Agroecologia aqui descrito diz respeito, por um lado, a uma ciência, e, por outro, a um movimento social, reunindo uma visão holística e um enfoque sistêmico. Não se trata apenas de uma forma de praticar agricultura, nem tão somente ao uso de tecnologias que não agridam ao meio ambiente. Sua proposta é, sobretudo, romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado no monocultivo, no latifúndio, no agronegócio que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento rural gerador de exclusão social.

Nesta perspectiva, ao longo dos últimos 30 anos, a Agroecologia vem demonstrando potencial de abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Apesar disso, o trabalho na perspectiva agroecológica, por si só, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade do trabalho produtivo e da função social das mulheres sejam suficientemente problematizadas.

Da mesma forma, o Feminismo aqui abordado também está relacionado a uma teoria e também a um movimento que põe em relevo a opressão que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino, e questiona o papel de subordinação da mulher na sociedade.

O diálogo entre as perspectivas agroecológicas e feministas torna-se um importante caminho para o enfrentamento político e científico de alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural, especialmente para aquelas que estão inseridas nos movimentos agroecológico e feminista.

As organizações que tem na agroecologia sua estratégia central vêm gradativamente incorporando o incentivo e apoio para inserção crescente das mulheres agricultoras na agroecologia. Por sua vez, as organizações feministas, especialmente aquelas que atuam no âmbito rural, vêm incorporando a perspectiva agroecológica como uma prioridade para sua atuação.

CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS AGROECOLÓGICOS E FEMINISTAS NO SERTÃO DO PAJEÚ

A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e o Centro Sabiá são organizações referenciais da agroecologia no Brasil, sendo a primeira pautada na perspectiva feminista, e podem ser, portanto, consideradas “exemplos ilustrativos” do processo em curso no país, em que as interações entre organizações feministas e agroecológicas possibilitam uma maior problematização do importante lugar das mulheres rurais nos processos de desenvolvimento sustentável.

O Sertão do Pajeú, em Pernambuco, território de atuação de ambas as instituições CMN e Sabiá, tem sido palco de grandes lutas dos movimentos sociais, face à negligência histórica dos governos diante da necessidade dos agricultores e agricultoras de base familiar. Trata-se de um território² constituído por 20 municípios, totalmente inscrito na região semiárida brasileira, caracterizada por estiagens prolongadas. A irregularidade das precipitações pluviométricas é a marca da região. Normalmente o período chuvoso, popularmente conhecido como “inverno”, tem duração média de quatro meses do ano. Nos outros oito meses praticamente não chove. Além disso, o volume esperado de chuva para um mês pode acontecer em uma semana. Isso exige preparação das famílias para a chegada das chuvas. Neste sentido, possuir reservatórios para captar e armazenar a água, seja de chuva ou outras águas, é fundamental para garantir a segurança hídrica no período de estiagem. Cisternas domésticas, cisternas-calçadão³, barragens subterrâneas⁴ e tanques de pedra⁵ são exemplos desta estratégia.

² O território do Sertão do Pajeú, está localizado no Sertão de Pernambuco e ocupa uma área de 13.350,30 Km², é constituído por 20 municípios: São José do Egito, Itapetim, Tuparetama, Santa Terezinha, Brejinho, Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Igaraci, Ingazeira, Solidão, São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi. O principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE- 320, que liga Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi - Flores, e PE-360, que liga Ibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento. A média das distâncias entre os municípios e a capital é de 395,85 km, sendo Mirandiba o mais distante, a 476 km, e o mais próximo Sertânia, a 314 km de Recife (IADH-GESPAR, 2011).

³ A cisterna calçadão capta a água de chuva por meio de uma superfície plana de cimento de 200 m² (um “calçadão”), construída sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado nas épocas de estiagem para secagem de alguns grãos como feijão e milho, raspa de mandioca, entre outros. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos, plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.

⁴ A barragem subterrânea é um sistema de represamento da água construído em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada por uma lona de plástico e depois fechada novamente. Desta forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada.

⁵ Os tanques de pedra são reservatórios formados naturalmente com as rochas típicas da paisagem da região, que retêm a água da chuva.

A vegetação predominante é a Caatinga, que diferentemente do imaginário popular sobre o sertão, é rica e variada, com o predomínio de espécies adaptadas às adversidades climáticas, capazes de sobreviver à falta de água e de se regenerar rapidamente, tão logo cheguem as primeiras chuvas.

Ao não se compreender as estiagens prolongadas como eventos cíclicos e naturais e ao se desconhecer as potencialidades e limitações do semiárido, contribuiu-se drasticamente para a desorganização da sociedade e da economia, e para a deterioração das condições humanas e ambientais. Por isso, uma das principais bandeiras de luta do povo que habita o Sertão do Pajeú, e que vivencia há décadas a falta de atenção de seus governantes, tem sido a construção de políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido e para o enfrentamento adequado dessa problemática.

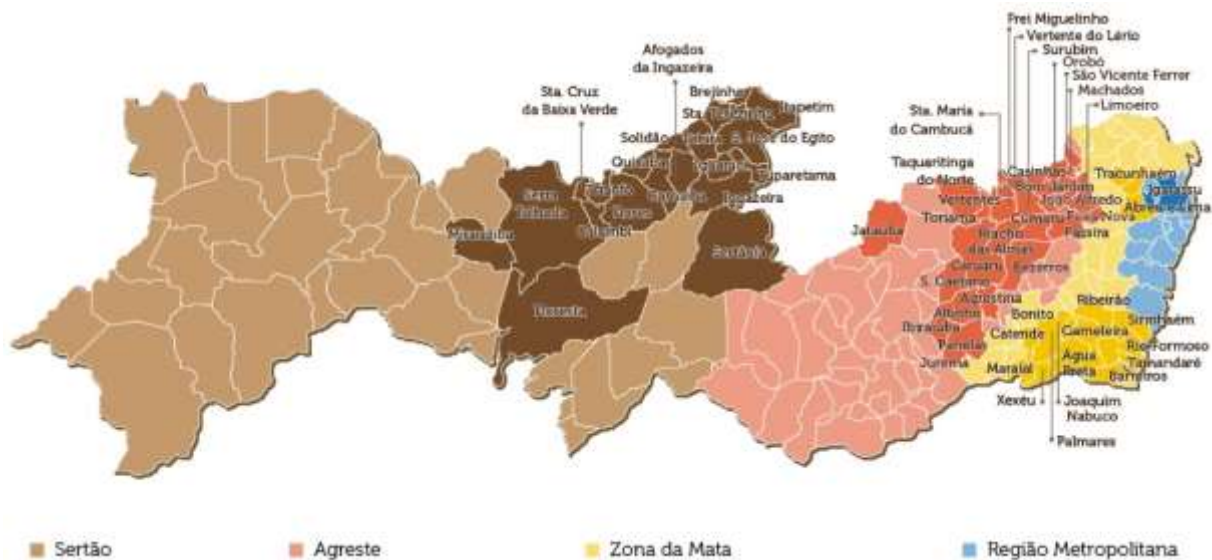


Figura 1 - Mapa de atuação do Centro Sabiá e da Casa da Mulher do Nordeste no Sertão do Pajeú em Pernambuco (CENTRO SABIÁ, 2015)

AS AGRICULTORAS DO SERTÃO DO PAJEÚ

As mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú são protagonistas da produção familiar, desenvolvendo tanto atividades agrícolas, agricultura e pecuária, quanto não agrícolas, como o artesanato, o beneficiamento de frutas, verduras e pescados. A casa dessas mulheres, incluindo o quintal e a criação de pequenos animais, é caracterizada como um espaço essencialmente feminino (CMN, 2003).

Assim como a maioria das mulheres rurais, a mulher agricultora do Pajeú é, em geral, a responsável pelos trabalhos de manutenção da casa, pelos cuidados com as crianças, pessoas

doentes e idosos. As atividades produtivas, ditas masculinas, e as reprodutivas, consideradas femininas, mesclam-se em suas vidas. Com uma jornada de trabalho contínua, é a primeira a acordar para preparar o dia dos membros da sua família e a última a deitar, organizando os afazeres para o dia seguinte.

A mulher tem um papel importante na garantia da segurança alimentar da família. Ela planta ao redor de casa para o consumo familiar e para a comercialização, quando possível. Além de estar à frente das atividades das hortas, estão juntas aos homens nas atividades relacionadas às roças; e executam, de diversas formas, atividades relacionadas ao manejo dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade, como a produção e troca de sementes e mudas com suas vizinhas.

Recai também, sobre a mulher no semiárido, a segurança hídrica da família. Apesar do abastecimento de água ser uma tarefa essencial à vida de todos os membros da família, e caracterizar-se como uma tarefa fisicamente desgastante, essa atividade não é valorizada, sendo considerada como uma tarefa “natural” da vida de uma mulher. Ou seja, fica sobre responsabilidade das mulheres todo o trabalho de manejo, controle e distribuição da água na casa usada para beber, para higiene pessoal da família, para cozinhar, para a irrigação das hortas e pomares ao redor de casa e para os pequenos animais.

As desigualdades de gênero a que elas estão submetidas podem ser observadas em normas e valores considerados como “normais” no meio rural. Desde cedo, as meninas são ensinadas a passar, lavar, cozinhar, arrumar a casa e a cuidar de todos. Muitas vezes estudam por estímulo próprio, resistindo ao descontentamento de seus pais, maridos e irmãos. São ensinadas a passar privações de várias naturezas a fim de suprir as necessidades dos homens. Como por exemplo, comer menos para deixar uma quantidade de comida maior para o marido e filhos. E também destinar aos homens as partes “mais nobres” de aves e bovinos, com menos ossos.

As jovens mulheres são criadas com menos liberdade que seus irmãos homens; não têm o intervalo para o lazer como o irmão que vai jogar bola, ou conversar com os amigos em um bar; não podem sair desacompanhadas e tem horários rígidos para voltar para casa. Essa série de limitações impostas socialmente por suas famílias e comunidades faz com que elas sejam as pessoas mais vulneráveis a sofrerem violência física, psicológica e patrimonial em suas próprias casas.

A autonomia sexual das mulheres, assim como muitas outras, é uma discussão pouco debatida e vivenciada no meio rural. Seu corpo e sua sexualidade não são entendidos, nem por elas mesmas, como seus e sim do homem - pai ou marido - a quem deve ser submissa. Muitas vezes são proibidas a participar de reuniões, principalmente quando necessitam dormir fora de casa. Além da desconfiança de seus pais e/ou maridos, ainda são “monitoradas” pela vizinhança.

Se a mulher da cidade dispõe, muito precariamente, de equipamentos de apoio para trabalhar fora, como creches e escolas, as da zona rural, como as agricultoras do Sertão Pajeú, estão praticamente alijadas desse tipo de ajuda, contando apenas com algum parente ou mesmo com as filhas mais velhas para isso (ABREU E LIMA, 2003).

Mesmo estando à frente de toda essa gama de atividades, atribuições e responsabilidades, a mulher rural ainda é considerada pelas pessoas ao seu redor, e por ela mesma, como “ajudante” de seu marido e/ou pai, como se tivesse um envolvimento menor e secundarizado nas atividades produtivas (produção e comercialização).

Nas atividades de participação social, aquelas relacionadas aos espaços públicos e políticos ficam marcantes a presença masculina e a ausência feminina. Na política partidária, analisando os dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE, 2012), conclui-se que as mulheres têm baixa representação no território do Pajeú, assim como em todo território brasileiro. O resultado das últimas eleições municipais, em 2012, aponta que somando todos os vinte municípios que compõem o território, foram eleitas apenas 2 prefeitas (nos municípios de Flores e Solidão), 5 vice-prefeitas e 23 vereadoras num total de 208 vereadores/as. As duas prefeitas eleitas correspondem a 10% do total de prefeitos/as eleitos/as no território, porcentagem que está a abaixo da média nacional, que em 2012 foi de 11,8%.

As mulheres do Sertão do Pajeú dificilmente participavam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Havia o entendimento de que, na medida em que o marido ou pai era sindicalizado, ela, sendo sua dependente, não precisaria ser filiada ao STR. Isto reforça a baixa representação das mulheres nos espaços políticos institucionais, em especial no que se refere aos cargos eletivos. Na década de 80, durante uma grande estiagem, as mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco se organizaram para reivindicar o alistamento feminino nas Frentes de Trabalho de emergência do Governo, marcando assim um momento importante de fortalecimento das mulheres no movimento sindical no Pajeú (JALIL, 2013).

A partir de 1994, após mais de uma década de mobilizações dos diferentes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais⁶, foi implementado o acesso ao salário maternidade (recebimento de um salário mínimo mensal por quatro meses) para as agricultoras familiares, exigindo, no entanto, uma série de documentos que comprovassem essa condição para que as mulheres pudessem receber esse benefício (MMC BRASIL, 2004). Uma vez que ser sindicalizada se constituiu numa das provas aceitas para ser agricultora e ter direito à aposentadoria rural, as

⁶ Segundo o Movimento de Mulheres Camponesas a conquista dos direitos e o reconhecimento da profissão têm sido uma luta permanente na vida da maioria das mulheres agricultoras. Aconteceram vários passos até a conquista do salário maternidade, desde meados dos anos 1980, por ocasião das discussões das emendas populares para garantir os direitos das trabalhadoras rurais na Constituição Federal, passando pelo veto do Presidente da República Fernando Collor de Melo, na lei da Previdência Social em 1991, acontecendo de fato no ano de 1994.

mulheres rurais, após esse ano, tiveram um maior estímulo de seus maridos e pais para fazerem parte dos STRs.

De acordo com informações obtidas junto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), nos STRs do Pajeú, até 2008, 41% das pessoas sindicalizadas eram homens e 59% eram mulheres. Ainda segundo a FETAPE, a partir de 2000 houve um aumento de cerca de 5 % no número de mulheres. Todavia, segundo assessora do Fórum de Mulheres Produtoras do Pajeú, a quantidade de agricultoras sindicalizadas não reflete um maior poder dessas mulheres.

O elemento das desigualdades não está na quantidade de mulheres sindicalizadas, mas nas relações de poder. É preciso saber onde estão essas mulheres, que cargos ocupam nos sindicatos, de fato as presidentas e tesoureiras, que representam o poder de decisão e gestão financeira, são poucas. Na verdade, os STRs precisam das mulheres, pois elas são mais assíduas no pagamento das mensalidades e algumas ainda pagam a mensalidade dela e a do marido”. (Assessora da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú).

A CASA DA MULHER DO NORDESTE E O SABIÁ NA VIDA DAS MULHERES DO PAJEÚ

Mesmo frente a esse contexto de relações de gênero desfavoráveis, as agricultoras do Pajeú vêm demonstrando a força da auto-organização das mulheres e de suas reivindicações por direitos em várias frentes como proteção social ao trabalho, crédito, assistência técnica, documentação, políticas de saúde e de combate à violência contra a mulher. Essas práticas demonstram a força de uma resiliência, a despeito de todas as adversidades das rotinas das mulheres na região do Pajeú (CMN/CMC, 2008).

Nos últimos 20 anos, vivenciaram um processo de melhoria de suas vidas. Parte desta melhoria pode estar relacionado ao acesso, nos últimos 12 anos dos governos Lula e Dilma, a políticas de erradicação da fome e de enfrentamento à pobreza extrema, implantados pelo governo federal, como por exemplo o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Os recursos são transferidos às famílias por meio de um cartão bancário, entregue prioritariamente às mulheres. Uma das modalidades do PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, e os distribuem às pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar, e às entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e

municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. Desde 2009, o PNAE exige que pelo menos 30% dos recursos transferidos sejam gastos com a compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Todos estes programas integram o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os brasileiros e as brasileiras com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2015).

Apesar da existência destes programas, a melhoria da qualidade de vida das mulheres também resulta do seu envolvimento em ações desenvolvidas pelo Centro Sabiá e pela Casa da Mulher do Nordeste. As agricultoras entrevistadas nesse estudo de caso citam a chegada da Casa da Mulher do Nordeste e do Centro Sabiá como acontecimentos de bastante relevância nas suas vidas e nas suas famílias. Reforçam o fato de que seus pais e avós “*fizeram a vida*” na agricultura, e elas, portanto, já eram agricultoras bem antes destas organizações chegarem em suas comunidades. Neste sentido, destacam que com a chegada da CMN e do Sabiá “*melhoraram o jeito de fazer agricultura e de pensar sobre a vida*”. Relatam que essas organizações contribuíram com a melhoria de suas vidas ao facilitarem, a elas, o acesso a várias áreas de conhecimento e a recursos financeiros através da venda de seus produtos e da mudança nas práticas agrícolas.

As agricultoras relatam que seu contato inicial com o Centro Sabiá se deu através das questões produtivas, com a perspectiva na transição agroecológica. Já conheciam o Sabiá como uma organização que contribui com a preservação do meio ambiente e destacam ensinamentos de como trabalhar sem usar queimadas, sem usar agrotóxicos e adubos químicos, e a produção de mudas.

A Casa da Mulher do Nordeste entrou na vida da maioria das mulheres a partir da realização de capacitações em gênero e formação de mulheres lideranças. Destacam as discussões sobre a divisão sexual do trabalho e oficinas de produção agroecológica.

Aqui era bem desanimado, a partir do trabalho com a Casa da Mulher do Nordeste foi que as mulheres foram se libertando, a gente foi aprendendo a sair, a encontrar outras mulheres iguaizinhas a gente, e que foram melhorando através da organização. Eu entendi que de uma forma geral temos uma forma acomodada de viver. E aí quando a gente se junta, se abre um mundo, onde você participa, ajuda a outras mulheres. E daí fomos juntas nos ajudando e também aprendendo a melhorar a agricultura que fazia. (Agricultora assessorada pela CMN na Associação Monte Alegre).

A primeira grande mudança proporcionada à agricultura familiar pela Casa da Mulher do Nordeste e Sabiá está relacionada ao fortalecimento que ambas proporcionam à organização social. O que é refletido na formação e/ou revigoração das associações e cooperativas numa perspectiva de fortalecimento dos aspectos produtivos e econômicos, tanto no âmbito das propriedades familiares como nas organizações coletivas.

Através de seus programas de formação ambas as organizações reforçam a importância das associações e cooperativas, os conceitos sobre políticas públicas, identificando quais podem ser usadas como apoio à agricultura familiar. As mulheres recebem orientações sobre seu funcionamento, como acessá-las, como obter a Declaração de Aptidão⁷ (DAP) ao programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, etc. Além disso, as organizações trabalham questões relacionadas a organização de feiras agroecológicas, de grupos de jovens, e investem em intercâmbio de experiências agroecológicas dentro e fora das comunidades, incentivando a participação em espaços públicos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Conselhos municipais e estaduais e constituição de grupos produtivos de hortas e pomares além do envolvimento delas no Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), ambos da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA, 2015)⁸.

Estas ações desencadeiam um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água. Já o P1+2 tem como objetivo fomentar processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da disponibilidade de águas para produção.

O Sabiá é bem importante pra gente, já fizemos coisas importantes juntos. Eles ensinaram pra gente o que é política pública e como a gente faz pra poder ter o direito de entrar nelas. Aprendemos o que o PAA, o PNAE e agora estamos cuidando das papeladas pra formalizar a nossa Associação. Isso vai ser muito importante porque vamos poder vender nossos produtos direto para o PAA e PNAE". (Agricultora assessorada pelo Sabiá na Comunidade Sítio Solto).

O trabalho do Sabiá e CMN tem uma grande semelhança nas questões técnicas. Ambos fazem parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e partilham das mesmas ideias sobre a convivência com o semiárido. Assim, ambos trabalham com a agricultura familiar no sentido de fortalecer os estoques de água para diversos usos, inclusive produtivo, para aumentar e diversificar a produção de alimentos e seu armazenamento para a família e para os animais; e na estocagem de sementes para os próximos plantios. Trabalham aspectos técnicos como agricultura sem veneno; a prática da poda para sistemas produtivos mais complexos; a importância de não se

⁷ Declaração de Aptidão é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF.

⁸ O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) fazem parte das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA.

queimar e as alternativas para tal; e o estímulo a criação de abelhas nativas; o estímulo a criação animal (caprino, ovino, bovino e aves) sem o uso de hormônios e rações feitas com produção local entre outras ações relacionadas a convivência com o semiárido.

METODOLOGIA FEMINISTA

Apesar de várias semelhanças, constata-se importantes diferenciais nas abordagens feminista e agroecológica das duas organizações, especialmente no que se trata da utilização de princípios, ferramentas e dinâmicas relacionados a aplicação de uma metodologia feminista. Esta se propõe a ser geradora de resultados positivos em termos de empoderamento das mulheres rurais no âmbito da perspectiva agroecológica e da luta pelos seus direitos enquanto mulheres rurais.

Trata-se de instrumentos que, aplicados em conjunto, podem potencializar o trabalho de organizações, mistas ou feministas, que trabalham uma perspectiva contra hegemônica de sustentabilidade. Não se trata de um caminho rígido a ser seguido e sim, ideias a serem repensadas, experimentadas e adaptadas. Também é preciso ressaltar que não se está a sugerir, que todas as organizações agroecológicas devam trabalhar unicamente com mulheres, mas sim com uma perspectiva mais inclusiva que leve em consideração as desigualdades de poder enfrentadas pelas mulheres dentro da sociedade.

Esses apontamentos têm como referência a proposta elaborada por (SILVA, 2006)⁹, que também advoga que para a construção da equidade de gênero o reconhecimento da mulher como um sujeito político é condição fundamental para a superação da pobreza e a construção do desenvolvimento sustentável, compreendendo-se as suas interfaces com as categorias de raça e de classe.

Nessa proposta, Silva (2006) postula que nenhuma ação de desenvolvimento pode desconsiderar os sujeitos políticos, imbricados nas desigualdades de gênero, defendendo a necessidade de serem construídos certos princípios metodológicos que garantam a inserção e a incidência desses sujeitos políticos nos processos sociais de desenvolvimento.

Nesse sentido, faz-se necessário que esses sujeitos sejam revelados. A questão é que eles, apesar de sua existência, por sua condição de invisibilidade, imobilidade coletiva, ou empoderamento insuficiente, muitas vezes, não se fazem presentes nos locais e momentos de decisão, relacionados à construção das propostas de desenvolvimento.

⁹ Mais sobre a metodologia pode ser obtido nos documentos do Projeto “Construção do Conhecimento para a Ação e Implantação do Projeto Prevenção para a Inclusão Social - Garantia dos Direitos Humanos às Famílias Deslocadas” desenvolvido pela Casa da Mulher do Nordeste entre 2006 e 2009, em cooperação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O PESSOAL E O PRIVADO COMPÕEM O POLÍTICO

Uma análise mais detalhada do trabalho das organizações que adotam uma metodologia feminista permite perceber que há uma grande necessidade de se quebrar a forma binária na qual o senso comum ainda vislumbra a relação entre os âmbitos pessoal e político.

Durante a história do feminismo, uma das principais conquistas foi a capacidade de trazer para o espaço público discussões que até então faziam parte do cenário exclusivamente privado das mulheres. Entender, por exemplo, a violência doméstica contra a mulher como um problema político a ser enfrentado para além do âmbito pessoal, identificando os fatores culturais e históricos que geram essa violência. Isto inclusive revelou-se um grande passo para diversas conquistas históricas do movimento feminista (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

Assim, além da ideia de que as soluções para as violências do âmbito privado precisam ser construídas coletivamente mediante uma interferência positiva do Estado, o feminismo também trabalha com a ideia de que as condutas violentas acontecidas dentro do âmbito das relações interpessoais fazem parte do fazer político social dos agentes dessas violências. Por isso, devem ser socialmente reprováveis, da mesma forma que outras ações políticas não condizentes com as práticas agroecológicas, como por exemplo, o uso de sementes transgênicas (SOS CORPO, 2011).

Entretanto, muitas organizações mistas do campo agroecológico ainda não conseguem incorporar em seus métodos de trabalho essa perspectiva de integração, insistindo em uma virtual separação entre feminismo e agroecologia. Na prática esta separação conceitual admite que as mulheres continuem sendo oprimidas e excluídas parcial ou totalmente do processo de transição agroecológica.

Atualmente, os métodos de abordagem da grande maioria das organizações agroecológicas ainda não levam em consideração que as relações desiguais de poder expressas dentro da família são, na verdade, uma reprodução de valores socialmente construídos e que podem ser alterados a partir de intervenções dentro do âmbito da família. Dessa forma, uma metodologia feminista leva em consideração a importância de analisar as relações de poder existentes nas famílias, estimulando o desenvolvimento das capacidades das mulheres. É preciso que elas identifiquem e sejam capazes de enfrentar as diferentes formas de subordinação sexual, cultural, política e econômica a que são submetidas.

Nesse sentido, faz-se necessário considerar as mulheres sujeitos políticos importantes, e como tal, demandam uma intervenção diferenciada no trabalho com a família, entendendo-se as especificidades de cada um dos membros da família e as relações de poder ali existentes.

AUTO-ORGANIZAÇÃO

Outro aspecto importante a ser destacado quando se fala em Metodologia Feminista é a implementação de espaços de encontros com a participação exclusiva de mulheres que possibilitem a auto-organização das agricultoras. Isto influi significativamente na participação em espaços públicos, proporcionando uma importante diferença na qualidade da intervenção das mulheres beneficiárias de organizações feministas ou mistas.

Percebe-se que os espaços auto-organizados compostos somente por mulheres proporcionam um valioso momento de troca em que as mulheres, identificando as suas dificuldades e histórias comuns, fortalecem umas às outras para enfrentar desafios semelhantes. Organizadas em reuniões que estejam presentes apenas mulheres, é possível articular a reflexão sobre as experiências singulares de cada uma delas. As agricultoras relatam que ao iniciar a participação nas reuniões exclusivas de mulheres “ganharam muita força”.

Em reunião só de mulher a gente pode se abrir e a gente percebe que problemas que a gente achava que era só nosso, é de muitas. O problema não é só meu, ele é dividido com as companheiras e a gente procurava soluções juntas. Antes de participar dessas reuniões só de mulheres, eu de vez em quando ia nas reuniões do STR. E quando eu voltava percebia que tinham coisas mal resolvidas na minha casa, fruto da falta de diálogo com meu marido. Mas, não me sentia fortalecida para propor um diálogo. Depois que eu comecei a participar de reuniões só de mulheres, me fortaleci. Até o dia que mesmo voltando pra casa sem nenhuma companheira, não me sentia mais sozinha... você se sente fortalecida por dentro por conta de todas as discussões que aconteceram. Alguma coisa muda dentro de você. (Agricultora assessorada pela CMN na Comunidade de Vaca Morta).

Nesse sentido, trabalhada principalmente por organizações feministas, a auto-organização funciona como um espaço de fortalecimento que empodera as mulheres, tornando-as protagonistas na luta e nas suas vidas. Isto resulta em melhor qualidade e maior frequência nas suas intervenções, seja no ambiente privado, seja no ambiente público. Esses espaços são importantes ferramentas para que as mulheres falem, reflitam e participem ativamente da construção do feminismo, proporcionando o entendimento de uma identidade política comum baseada em experiências individuais e coletivas (FERREIRA, 2008).

Para elucidar o que significa essa identidade política podemos destacar os espaços de formação do movimento feminista, em que a produção coletiva da reflexão se faz na articulação entre a biografia individual de cada participante e seu contexto social e histórico. Pela experiência de campo pode se dizer que as reuniões auto organizadas compostas somente por mulheres são muito úteis para indicar uma possibilidade de reflexão sobre o “ser mulher”. Estes espaços facilitam a compreensão do “ser mulher” como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma.

Levando-se em consideração os resultados que estes espaços proporcionam às mulheres e conseqüentemente às suas famílias, a metodologia feminista trata os encontros entre mulheres como uma ferramenta decisiva para o sucesso da transição agroecológica.

ANÁLISE DO MAPA DO PODER

A análise das entrevistas, em especial, o diálogo com informantes chaves, mostra que existem dimensões diversas de poder dentro de um mesmo espaço de convivência. Nesse contexto, uma análise de poder dentro da família contribuirá para a visualização dos papéis exercidos pelas mulheres e o grau de vulnerabilidade a que estão submetidas. E a partir disso será possível a busca de um maior equilíbrio.

Nesse sentido, é importante que as organizações mistas se provoquem a entender quais são os prejuízos de não se trabalhar a perspectiva de gênero com as mulheres, seja por falta de preparo interno seja por não dar prioridade a esta abordagem. Em uma análise inversa, que benefícios esta abordagem poderia trazer para a vida dessas mulheres e conseqüentemente para a família numa perspectiva emancipatória para todos os seus componentes.

É relevante o questionamento de que se ao optar por não trabalhar com a temática sob alegação de não “criar conflitos”, na realidade, estará se optando pela invisibilidade do trabalho feminino. Também é relevante questionar se essa opção ampliará as opressões que muitas sofrem no ambiente familiar. Dessa forma, discutir as opressões de gênero na zona rural ainda é tratado como um tabu para muitas organizações governamentais e não governamentais, mesmo aquelas que trabalham em uma perspectiva agroecológica com uma visão sistêmica.

Há, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, uma crença em algumas entidades de que trabalhar com a família já é suficiente para construir uma perspectiva emancipatória para as mulheres. Para estas organizações a ideia de trabalhar com uma visão sistêmica é igual a trabalhar com a família, e já daria conta de enfrentar seus conflitos internos. Esse senso comum, trata a família como uma unidade monolítica em que todos participam de igual forma das decisões através do consenso, pautado em uma liderança “natural” do chefe da família, via de regra o pai com “ajuda” da mãe.

Essa ideia romantizada de família não se traduz, contudo, na realidade. O que se apresenta são famílias constituídas de formas diversas, seja por negarem a heteronormatividade¹⁰, seja pela ausência de filhos, ou filhos de diversos casamentos. Além das inúmeras maneiras nas

¹⁰ O termo heteronormatividade significa considerar a heterossexualidade como a única orientação sexual que deve existir.

quais as famílias se expressam, existem também diferentes modos como o poder se institui dentro delas. Em geral, a família para as mulheres é o espaço de maior reprodução de diferentes formas de opressão, tais como machismo, a imposição da divisão sexual do trabalho e a violência doméstica.

Paradoxalmente, persiste entre algumas organizações a ideia de que é melhor não aprofundar o trabalho específico com mulheres, porque dessa forma estariam “instaurando o conflito onde não existe”. Também argumentam que isto poderia levar a uma interferência na vida privada. Consideram que não é seu papel interferir nas relações familiares. Porém ignoram que nos processos de transição agroecológica, a simples presença técnica já produz mudanças na organização familiar e na vida privada, mesmo que este processo ocorra com uma postura democrática de interação de saberes.

A mulher agricultora sofre uma dupla subjugação perante a sociedade brasileira. Primeiro por fazer parte de uma classe de trabalhadores de pouca valorização no país, agricultores familiares. Segundo, pelo contexto predominantemente machista que coloca as mulheres em um lugar de inferioridade. Uma análise que mapeia as relações de poder dentro do espaço familiar leva em consideração as desigualdades dentro deste ambiente.

A metodologia feminista, tomando resultados levantados com esse mapeamento, permite reservar uma atenção especial para os sujeitos mais vulneráveis das relações sociais. Não só a vulnerabilidade das mulheres se revela, mas também, outras vulnerabilidades que também demandam atenção especial como jovens, idosos, negros e homossexuais. Quando é feito um recorte de gênero e raça antes de classe, tais dimensões não são tratadas de forma hierarquizada, mas sim consideradas em um mesmo patamar e uma horizontalidade que possibilita a presença de interrelações construtivas para a transformação social da realidade.

Quando se considera cada membro da família na sua individualidade, a metodologia permite que cada um deles possa ser identificado como um sujeito de direitos, considerando assim suas necessidades específicas, a partir de sua condição nas relações de poder dentro da família e nos espaços de organização coletiva. Assim, estimular espaços auto-organizados e específicos de mulheres também contribui para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelas crianças, adolescentes e jovens, pois na maioria dos casos, também estão subjugados ao “chefe da família”, que é o homem adulto, o patriarca.

Ao trabalhar a agroecologia, uma nova perspectiva de vida se abre para as mulheres e muitas transformam suas vidas de forma diversa: (i) passam a ter acesso ao dinheiro obtido pela comercialização de seus produtos; (ii) empoderam-se com as informações obtidas em atividades diversas de formação (intercâmbios, seminários, reuniões, encontros, etc), passando a se sentir

mais capazes e a expressar suas opiniões; (iii) replicam o efeito e fortalecem outras mulheres; e, por fim, (iv) contribuem para mudanças positivas de suas famílias. Isso acontece com mulheres que são acompanhadas tanto por organizações mistas, como o Centro Sabiá, quanto por organizações feministas, como a CMN. Todavia, quando esse aprendizado vem aliado a uma perspectiva feminista, existe uma possibilidade maior que a mudança realmente altere as relações de poder nas famílias e na sociedade.

MULHER COMO SUJEITO POLÍTICO

A construção da equidade de gênero pressupõe o reconhecimento da mulher como um sujeito político, condição fundamental para a superação da pobreza e para a consolidação da agroecologia.

A metodologia feminista prevê a emergência dos sujeitos historicamente invisibilizados. Por conta disso, parte do princípio de que muitas mulheres são oprimidas e, salvo algumas exceções, são exploradas em todos os extratos sociais, devido à hegemonia dos poderes patriarcais. Nesse sentido, a metodologia feminista entende a mulher como parte importante do processo de transição agroecológica, reconhecendo a importância do seu trabalho para o referido processo, bem como incentiva o seu protagonismo nos espaços de decisão.

Nesse contexto, se faz uma valorização da categoria política “mulheres”. Para o feminismo, a mulher é um sujeito político com força transformadora, sendo relevante valorizar a reflexão sobre a identidade e experiência femininas.

Na abordagem feminista, as questões culturais que oprimem as mulheres são questionadas. Valores culturais, como a necessidade de um chefe de família, são postos em xeque. Discute-se como se dá a dinâmica familiar, e o quanto e como a agricultora está envolvida em todo o processo produtivo e reprodutivo. Colocam-se em discussão as relações de poder existentes no interior das famílias, vindo à tona o quanto, na maioria dos casos, as mulheres estão na família em desigualdade de poder e envolvidas em relações opressivas.

O objetivo é mostrar às mulheres que a relação desigual a qual estão submetidas pode ser desconstruída. A metodologia feminista tem a capacidade de estimular o fortalecimento de seus valores, conhecimentos e capacidades. Além disso, defende a construção e a implementação de propostas para o fortalecimento das organizações representativas das mulheres rurais enquanto sujeitos sociais, e para isso preconiza ações específicas para se contemplar a diversidade de situações encontradas. Desenvolvem-se por exemplo processos de sensibilização, capacitação e formação das mulheres rurais; produção de materiais didáticos e de comunicação voltados para

esse público; estudos, pesquisas e projetos visando o fortalecimento institucional das organizações coletivas de mulheres, que ao mesmo tempo possam manter e buscar a sua autonomia enquanto sujeito político individual.

INCENTIVO A COOPERAÇÃO

As organizações do movimento agroecológico, em especial as organizações feministas, já têm uma grande intimidade com a prática da ação coletiva e cooperação entre sujeitos sociais. Exemplos valorosos são encontrados em diversos momentos, como é o caso dos mutirões de colheita e/ou plantio, construção de bancos coletivos de sementes, em intercâmbios de experiências e na utilização do fundo rotativo solidário.

No tocante ao trabalho com mulheres, a cooperação também é um importante instrumento para que sejam construídas e pensadas saídas coletivas para os problemas enfrentados no cotidiano, incluindo questões que vão desde a violência sofrida, passando pelo acesso aos mercados, e atingindo a incidência em políticas públicas. Nesse contexto, o incentivo à cooperação entre sujeitos sociais de base agroecológica tem proporcionado experiências exitosas que permitem avançar até mesmo coletivamente em processos de transição agroecológica.

A partir do compartilhamento dos problemas e vulnerabilidades comuns, surge, portanto, uma identidade coletiva que facilita o sentimento de alteridade, representado pela capacidade das pessoas em se colocar no lugar de uma outra pessoa. Isto acaba por garantir as bases para diversas ações de cooperação.

A experiência da metodologia feminista procura pensar e estimular a cooperação entre as pessoas beneficiárias pelo viés feminista. Para isso, parte do princípio de que a cooperação que envolve a melhoria na vida das mulheres tem um peso diferente da cooperação que envolve o universo masculino. Isso deriva principalmente da sobrecarga de atividades destinadas as mulheres a partir do papel historicamente imposto a elas.

Ainda que a abordagem agroecológica trate da solidariedade, muitas vezes os elementos de solidariedade não valorizam as especificidades das mulheres. A cooperação entre elas tem a capacidade de desafiar uma série de valores impostos pelo patriarcado, onde a competição entre as mulheres é um deles. Neste sentido, o incentivo a essa cooperação permite o enfrentamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres, na medida em que as mulheres trocam experiências e solucionam problemas em conjunto. Assim, a metodologia feminista trabalha para que essa cooperação aconteça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto as organizações feministas como as agroecológicas têm trabalhado para permitir uma maior visibilidade do trabalho das mulheres no meio rural, bem como lutado para superar as desigualdades de gênero geradoras de diversas formas de violências no meio rural.

Constata-se que agroecologia abre espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Desde que estas tenham suas demandas respeitadas.

As análises decorrentes desse estudo de caso apontam que o engajamento de organizações feministas nos movimentos da agroecologia tem contribuído na ampliação do conceito de agroecologia para além das questões tecnológicas e ambientais, ressaltando sua dimensão social e de equidade de gênero. Ao mesmo tempo, as organizações feministas tem sido influenciadas pela discussão da sustentabilidade ambiental trazidas pela agroecologia, ampliando assim seus discursos e práticas nesse campo.

O feminismo contribuiu para que as mulheres se fortalecessem (individualmente e coletivamente) e a partir das diversas reflexões vivenciadas, conseguissem aprofundar o questionamento em relação às desigualdades enfrentadas - e melhor evidenciadas com o início das práticas agroecológicas - desafiando o poder socialmente atribuído ao homem.

Por outro lado, com a abordagem agroecológica alterou-se a matriz produtiva nas suas terras, modificando o manejo e levando a diversidade. Ao se associar a agroecologia a metodologia feminista, as mulheres foram alcançando mais autonomia, opinando acerca de quais as plantas deveriam ser plantadas e logo acessaram o mercado com seus produtos; seja com a venda de produtos em feiras locais, seja com o acesso aos mercados institucionais. Neste sentido, a agroecologia vem ampliando o leque do “olhar político” do feminismo.

Um exemplo desta convergência está no fato das organizações feministas pautarem a questão das mudanças climáticas, dos produtos transgênicos, dos quintais produtivos e da segurança alimentar entre outros temas que originalmente pertenciam ao campo exclusivo da agroecologia. Temas como segurança alimentar e quintais produtivos enfrentaram uma significativa resistência por parte de setores feministas que em princípio os associavam a extensão do doméstico, reforçando um “lugar da mulher” nas cozinhas, e conseqüentemente as responsabilidades delas sobre o preparo dos alimentos.

A aproximação entre as organizações feministas e agroecológicas tem permitido às organizações feministas aprofundar a análise sobre a importância histórica das mulheres nessas temáticas e o quanto elas têm a contribuir na construção desse conhecimento por uma condição

social e cultural. Há hoje no movimento feminista uma compreensão de que, a partir do trabalho da agroecologia, é fundamental que esse conhecimento venha à tona. É fundamental que esta construção histórica seja apropriada pelas mulheres, e que assim, elas ganhem mais força. Com isso, o olhar feminista deverá destacar as contribuições das mulheres para a agroecologia (AVILA, 2007).

Percebe-se que o maior esforço de aproximação entre essas duas abordagens (agroecológica e feminista), na maioria das vezes, partiu dos movimentos de mulheres e organizações feministas, e ainda se verifica certa resistência por parte dos movimentos agroecológicos com relação a esta aproximação.

Esse ânimo de aproximação, embora tenha trazido diversos resultados positivos, ainda demanda certa “vigilância e insistência” dos movimentos de mulheres para que esta convergência se aprofunde.

Desta forma, é preciso garantir novos avanços sem retrocessos, e que os direitos e conquistas alcançadas nos últimos anos não sejam expropriados delas, pelos homens, pelas indústrias, pelo capitalismo, por um sistema todo, como tantas outras coisas já foram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, M. D. S. **Revisitando o Campo: Lutas, Organização, Contradições em Pernambuco 1962 – 1987**. Universidade Federal de Pernambuco Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. Recife. 2003.

ASA. ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2015. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em: 17 julho 2015.

AVILA, M. B. Divisão Sexual do trabalho: Desafio para a Agroecologia. In: SILVA, C. **Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia**. 1ª. ed. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 12 setembro 2015.

CENTRO SABIÁ. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2015. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br>>. Acesso em: 05 junho 2015.

CMN. **As Relações de Gênero na Agricultura Familiar - Diagnóstico do Pajeú**. Casa da Mulher do Nordeste. Recife. 2003.

CMN/CMC. **Práticas feministas: Sistematização de Experiências em Meios de Vida Sustentáveis**. CASA DA MULHER DO NORDESTE E CENTRO DAS MULHERES DO CABO. Recife. 2008.

FERREIRA, A. P. **La importância de la perspectiva feminista en el empoderamiento de las mujeres campesinas.** Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía. [S.l.]. 2008. Master en Agroecología sob la dirección de Emma Siliprandi e Angel Calle.

IADH-GESPAR. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú.** SDT/MDA. Brasília, p. 141. 2011.

JALIL, L. **As Flores e os Frutos da Luta: o Significado da Organização e da Participação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013. Tese de doutorado sob orientação do prof. Jorge Romano.

MMC BRASIL. **Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos.** 5^a. ed. [S.l.]: MMC, 2004.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e Cidadania: Política de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural.** 1^a. ed. Brasília: MDA, 2011.

SILVA, A.. **Elaboração de Planos Microrregionais de Desenvolvimento, Proposta Metodológica Estruturada em Gênero, Raça e Classe.** Recife: [s.n.], 2006.

SOS CORPO. **Cadernos de Críticas Feministas.** Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, v. V, número 01, 2011.

TRE. Resultados das eleições 2012. **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco,** 2012. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2012/divulgacao-do-resultado-das-eleicoes-2012>>. Acesso em: 2015.

Submetido em: 12 de novembro de 2015
Aceito em: 27 de abril de 2016